



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Setembro/2018



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Concurso Público para provimento de vagas de

Consultor Técnico-Legislativo

Categoria Técnico em Comunicação Social/Relações Públicas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C29', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1º parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1º parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2º parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2º parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3º parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.
-
9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:
- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
 - (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
 - (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
 - (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
 - (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*
-
10. *Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.*
- Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:
- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
 - (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
 - (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
 - (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
 - (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.
-
11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior, é correto afirmar que*
- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
 - (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
 - (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
 - (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
 - (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.
-
12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispondo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
-

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:

- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
- (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
- (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
- (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
- (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:

- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
- (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
- (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
- (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
- (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
- (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
- (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.

28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias

- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
- (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
- (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
- (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
- (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O setor de comunicação de uma organização utiliza vários instrumentos no trabalho de divulgação de um produto, um serviço ou uma ação. Entre esses instrumentos tem-se o *realese*, que deve
- (A) ser redigido como uma matéria jornalística.
 - (B) ser um material publicitário.
 - (C) apresentar, fundamentalmente, muitas imagens.
 - (D) ser publicado como anúncio.
 - (E) ser acompanhado de uma ação de *lobby*.
-
32. A comunicação organizacional, segundo a estudiosa da área Margarida Kunsch, aglutina várias modalidades comunicacionais que se expressam no interior das organizações, tais como a
- (A) institucional, a mercadológica, a interna e a social.
 - (B) mercadológica, a social, a visual e a administrativa.
 - (C) mercadológica, a social, a interna e a administrativa.
 - (D) institucional, a mercadológica, a interna e a administrativa.
 - (E) institucional, a mercadológica, a social e a administrativa.
-
33. O Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas, na seção que trata “Das Relações com o Empregado” aponta que, ao ser contratado como empregado, esse profissional deve considerar
- (A) o plano de comércio da organização contratante.
 - (B) os objetivos, a filosofia e os padrões gerais da organização contratante.
 - (C) os objetivos, a filosofia e a remuneração salarial.
 - (D) a imagem da organização contratante no mundo.
 - (E) os objetivos, a filosofia e a saúde financeira dessa organização.
-
34. Atualmente, todas as empresas e instituições possuem o Sistema de Identidade Visual (SIV), que pode ser definido como:
- “Sistema de normatização para proporcionar unidade e identidade a todos os itens de apresentação de um dado objeto, por meio de seu aspecto visual. Este objeto pode ser uma empresa, um grupo ou uma instituição, bem como uma ideia, um produto ou um serviço.”*
- (PEÓN, Maria Luísa; **Sistemas de identidade visual**. Teresópolis: 2AB.)
- São considerados elementos primários de um SIV:
- (A) o logotipo, o símbolo e o mascote.
 - (B) o logotipo, o grafismo e o mascote.
 - (C) o símbolo, a marca e o grafismo.
 - (D) o mascote, o símbolo e a marca.
 - (E) o logotipo, o símbolo e a marca.
-
35. A gestão de imagem de uma marca, ou mesmo de uma entidade ou instituição, utilizando sua influência junto a seus diversos públicos recebe o nome de
- (A) *merchandising*.
 - (B) *endomarketing*.
 - (C) *marketing* institucional.
 - (D) *marketing* de guerrilha.
 - (E) *marketing* viral.
-
36. As crises nas organizações ocorrem quando menos se espera. Os profissionais da área de comunicação devem, portanto, estar sempre preparados, pois assim que são detonadas, a mídia entra em ação noticiando a ocorrência seja ela qual for. Nesses casos, espera-se que a Assessoria de Comunicação, pelo menos,
- (A) respeite totalmente o que a mídia publica para não criar outro conflito, além do que já está administrando.
 - (B) compre um espaço na mídia para fazer valer sua versão sobre o que efetivamente aconteceu.
 - (C) se restrinja a defender, de qualquer forma, os envolvidos na crise que está ocorrendo.
 - (D) busque o equilíbrio entre as versões da mídia e os fatos efetivamente ocorridos.
 - (E) procure isentar a organização dos fatos geradores da crise que ela, a Assessoria, está administrando.
-
37. O *house-organ* é considerado “o veículo da casa”, aquela publicação que empresas e instituições usam como canal de comunicação com seus colaboradores. É fundamental que esse veículo tenha em seu conteúdo
- (A) notícias que só interessam à Administração pública.
 - (B) assuntos também de interesse dos funcionários.
 - (C) informação que critique a atitude sindical.
 - (D) assuntos exclusivamente de interesse da direção.
 - (E) somente elogios à qualidade dos produtos da empresa.



38. Na produção e edição de vídeos, cada vez mais são utilizados cenários com realidade virtual. Para isso, é utilizada uma técnica que permite a inserção de imagens, anulando uma cor padrão. Trata-se de
- (A) *chroma key* e as cores padrão são o azul ou o verde.
 - (B) *travelling* e as cores padrão são o branco e o preto.
 - (C) *tilt* e as cores padrão são o vermelho e o azul.
 - (D) *chroma key* as cores padrão são o azul e o vermelho.
 - (E) *tilt* e as cores padrão são o azul e o verde.

39. “Execução prática de uma ideia ou projeto gráfico, na disposição estética do texto e das ilustrações previamente programadas; trabalho pronto para ser reproduzido, fotografado ou impresso.”

(COLLARO, Antonio Celso. **Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa**. São Paulo: Pearson)

Essa é a definição para

- (A) prismagem.
 - (B) *layout*.
 - (C) arte final.
 - (D) diagramação.
 - (E) esboços.
40. O Decreto-Lei nº 860/1969, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.719/1979, criou o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas e seus conselhos regionais. De acordo com seu artigo 10, ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão os conselhos regionais aplicarão como penalidade
- (A) multa e uma advertência.
 - (B) a realização de um curso de capacitação.
 - (C) a exclusão do quadro de associados.
 - (D) uma suspensão de 1 a 5 anos.
 - (E) uma suspensão de 6 meses a 1 ano.

41. Em “Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista”, aproxima as Teorias das Relações Públicas das Teorias Marxistas da Comunicação, no sentido de compreender as RPs como uma atividade que atua nas mentes das pessoas para harmonizar interesses entre instituições e seus públicos, de modo a camuflar conflitos de classes. Nesse sentido, seria necessário buscar uma forma de que as Relações Públicas fossem capazes de beneficiar a sociedade como um todo. Essa proposta foi apresentada no Brasil por

- (A) Margarida Kunsch.
- (B) Cícília Peruzzo.
- (C) Antonio Hohlfeld.
- (D) Lúcia Santaella.
- (E) Luiz Costa Lima.

42. Segundo Jorge Duarte, em “Os desafios da Comunicação Pública”:

A primeira vez que se organizou a comunicação do Serviço Público no Brasil, foi no período Vargas. A estrutura era usada como estratégia de manipulação, censura, convencimento em moldes “fascistas” e com uso assumidamente político e personalista. Depois disso, durante muito tempo, evitou-se falar em comunicação dentro de governos, até para não lembrar o famigerado DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – de Vargas. Quando um governo resolveu fazer planejamento em comunicação foi em pleno regime militar. Adotou-se, então, um novo modelo de sistema de comunicação usando o então nome “moderno” de Relações Públicas. Na prática, fortaleceu-se a compreensão da comunicação como instrumento de persuasão social em um governo. Além de reafirmar preconceitos sobre comunicação de governo, esse período serviu também para ajudar a estigmatizar a prática relações públicas.

(Porto Alegre: Rede Escolas de Governo, mimeo. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1367323906_Jorge%20Duarte.pdf>)

Com o pacto democrático construído no processo constitucional que resultou na carta de 1988, a comunicação pública no Brasil tem como finalidade promover

- (A) a distribuição de informações governamentais para os órgãos de imprensa para atingir o maior número de cidadãos.
- (B) as entidades públicas, divulgando realizações de governos e agentes da Administração direta, indireta e autárquica.
- (C) a equidade na propaganda eleitoral gratuita, resguardando as proporções de minutagem a que cada partido faz jus.
- (D) o exercício da cidadania, que redonda em conhecer as obrigações e saber como usufruir direitos.
- (E) guardar e dar manutenção a informações sigilosas de modo a garantir a segurança do Estado.



43. Os fatores que determinam o planejamento das áreas que integram a comunicação integrada são

- (A) os propósitos da comunicação e o segmento de público a que se destina.
- (B) o tempo e o orçamento disponíveis para o planejamento.
- (C) *compliance* e *accountability*.
- (D) prevenção, gerenciamento e pós-crise.
- (E) redes formais e informais de comunicação, verticais ou horizontais.

44. Considere as seguintes asserções:

- I. O gerente de comunicação de uma organização deve, ele próprio, ser um comunicador hábil capaz de gerenciar e liderar uma equipe que se faça realizar o planejamento em sua área

PORQUE

- II. toda a equipe deve compartilhar visão abrangente da economia, da política e do mundo que a cerca em sua prática profissional (mundo dos negócios em empresas privadas, leis e regulações na gestão pública, por exemplo).

É correto afirmar que

- (A) a asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.
- (C) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

45. Os diretores de uma organização, assim como empregados de todos os níveis (incluindo estagiários), são membros de um público

- (A) externo.
- (B) interno.
- (C) misto.
- (D) não essencial.
- (E) de redes de interferência.

46. As relações públicas são um processo que colocam a organização na direção de seus públicos de forma sistematizada, coerente e racional, de modo a buscar objetivos maiores. As cinco etapas que compõem esse processo são:

- (A) análise de mercado, pesquisa, análise de SWOT, análise de concorrência e segmentação.
- (B) formação de agenda, formação de políticas, processo de tomada de decisão, implementação e avaliação.
- (C) *briefing*, planejamento, criação, execução e avaliação.
- (D) pauta, apuração, redação, edição e publicação.
- (E) diagnóstico, planejamento, orçamento, execução e avaliação.

47. Observe o instrumento de planejamento abaixo.

Programa de ação							
Objetivo	Justificativa	Estratégia	Ações	Responsável	Data	Local	Recursos
	Por quê?			Quem?	Quando?	Onde?	Por que meios?

(Adaptado de: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2. ed., 2002, p. 223)

Um programa de ação como esse pode ser construído didaticamente com perguntas que auxiliem na identificação das tarefas. Para esse fim, as perguntas que preenchem as lacunas de **Objetivo**, **Estratégia** e **Ações**, respectivamente, nessa ordem, são

- (A) O quê? – Como? – O que fazer?
- (B) O que fazer? – O quê? – Como?
- (C) O quê? – O que fazer? – Como?
- (D) Como? – O quê? – O que fazer?
- (E) Como? – O que fazer? – O quê?



48. A divulgação de atividades de responsabilidade social deve enfatizar
- (A) o exercício da cidadania pelos participantes da ação.
 - (B) o caráter filantrópico da ação.
 - (C) as ações que tiverem caráter de preservação ambiental.
 - (D) o compromisso da organização com o bem-estar social.
 - (E) a eficiência da organização em prestação de serviços e/ou lucratividade.
-
49. Em uma pesquisa de mercado, um determinado pesquisador utilizou, entre as suas diversas fontes, dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, obtidos via internet. Do ponto de vista da obtenção, tratam-se de dados
- (A) privados.
 - (B) primários.
 - (C) secundários.
 - (D) digitais.
 - (E) eletrônicos.
-
50. Faz parte do trabalho de gestão de Web realizado por um profissional de Relações Públicas
- (A) incorporação de *tags* para coleta de dados de *inbound marketing*.
 - (B) ferramentas de segurança do sistema de internet da organização.
 - (C) construção e gerenciamento dos bancos de dados multimídia.
 - (D) manutenção do site e das aplicações a ele incorporadas.
 - (E) análise de estatísticas sobre comportamento de navegação dos visitantes do site.
-
51. Leia o texto abaixo.
- “As empresas de hoje têm que ser abertas e transparentes, criando canais de comunicação com a sociedade e prestando contas a ela. Precisam conquistar o consumidor num ambiente competitivo e respeitá-lo. E devem, sobretudo, ter em vista os públicos estratégicos.”*
- (Adaptado de: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações públicas e modernidade**: novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997)
- De forma mais completa, os públicos estratégicos destas organizações abertas e transparentes são:
- (A) Consumidores, formadores de opinião, classe política, acionistas, comunidade acadêmica, comunidade financeira e jornalistas.
 - (B) Consumidores, colaboradores, empregados terceirizados, formadores de opinião, classe política, empresários, acionistas, comunidade acadêmica, comunidade financeira e jornalistas.
 - (C) Colaboradores, empregados terceirizados e formadores de opinião, apenas.
 - (D) Classe política, empresários, acionistas, comunidade acadêmica, comunidade financeira e jornalistas, apenas.
 - (E) Acionistas, concorrentes, formadores de opinião, classe política, empresários, comunidade acadêmica, operadores do mercado e jornalistas.
-
52. Uma empresa deseja alterar os jornais murais internos por dispositivos interativos ao toque. Justifica-se o investimento nessa tecnologia
- (A) se for feita uma pesquisa de cultura organizacional e identificar que há expressiva parcela do público formada por integrantes da geração Z, crianças e adolescentes que já nasceram em contato direto com a internet, a velocidade da informação e as novas tecnologias.
 - (B) se for feita uma pesquisa de cultura organizacional e identificar que há expressiva parcela do público formada por integrantes da geração de *baby boomers*, crianças e adolescentes que já nasceram em contato direto com a internet, a velocidade da informação e as novas tecnologias.
 - (C) se for feita uma pesquisa de cultura organizacional e identificar que há expressiva parcela do público formada por integrantes da geração X, que são os que conseguem trabalhar, estudar, ouvir música e ver TV ao mesmo tempo.
 - (D) se for feita uma pesquisa de cultura organizacional e identificar que há expressiva parcela do público formada por integrantes da geração X, que são os que veriam a tecnologia entrar de vez em casa com os videogames, videocassetes, fax e telefones sem fio.
 - (E) independentemente da faixa etária predominante na organização, pois o público interno é o de maior interesse da organização e ele se sentirá valorizado com o investimento na comunicação voltada para ele.



53. Com os recursos tecnológicos disponíveis, nas mídias digitais
- (A) a notícia limita-se às opiniões dos especialistas, sem incorporar novos níveis de aprofundamento.
 - (B) os internautas são obrigados a seguir a hierarquia de leitura estabelecida pelo redator do texto e não os aspectos que mais lhe interessam.
 - (C) as notícias não recebem avaliações como informações de contexto e opinião de especialistas, limitando-se ao factual.
 - (D) há uma sequência de textos em que a informação vai se tornando cada vez mais complexa, partindo da forma mais simples (alerta) até ganhar mais profundidade.
 - (E) a sequência de textos parte de alertas com textos completos até chegar aos sites com notícias simplificadas para a leitura em tela.

54. Considere o texto abaixo.

“A auditoria é uma prática consolidada na maioria das organizações e, de maneira geral, compreende a análise de atividades ou operações realizadas ou disposições estabelecidas e a eficácia de sua implementação. Podemos nos referir à auditoria de qualidade, à auditoria fiscal, à auditoria de recursos humanos, à auditoria contábil ou de sistemas, dentre muitas outras, e também, o que nos interessa especialmente neste texto, à auditoria em comunicação, e particularmente a uma de suas modalidades conhecida como auditoria de imagem.”

(BUENO, Wilson da Costa Bueno. **Auditoria de imagem das organizações nas mídias sociais**. In: GONÇALVES, Gisela & LISBOA FILHO, Flavi F. Novos media e novos públicos COLEÇÃO: Relações Públicas e Comunicação Organizacional: dos fundamentos às práticas (v. 3), 2015)

Diante do atual contexto das mídias, a auditoria de imagem nas organizações compreende a auditoria

- (A) interna, que faz a análise de fluxos e canais de informação – formais e informais e a auditoria nas mídias tradicionais que avalia a quantidade e a qualidade da inserção de uma organização nestes veículos. As redes sociais, por conta do algoritmo, não permitem mensuração de inserções.
- (B) interna, que faz a análise do uso das redes sociais pelos colaboradores. Essa análise compreende tanto o tempo que os colaboradores ficam nas redes como também a análise de postagens e comentários que podem deturpar a imagem da instituição.
- (C) interna, que faz a análise de fluxos e canais de informação – formais e informais e a auditoria nas mídias (tradicionais e sociais), que avalia a quantidade e a qualidade da inserção de uma organização em veículos impressos, eletrônicos e nas mídias sociais.
- (D) externa nas mídias (tradicionais e sociais), que avalia a quantidade e a qualidade da inserção de uma organização em veículos impressos, eletrônicos e nas mídias sociais. Já a auditoria interna do uso das redes sociais esbarra no direito à intimidade dos colaboradores.
- (E) interna, que faz a análise de fluxos e canais de informação formais e a auditoria nas mídias que avalia a quantidade e a qualidade da inserção de uma organização em veículos impressos, eletrônicos e na rede social que permite monitoramento, o YouTube, por conta do algoritmo.

55. Normalmente é um evento de cunho artístico, periódico, objetivando competição, promoção comercial ou divulgação. Sua principal característica é a de ser um espaço formador, fomentando a experimentação artística e a formação de recursos humanos. Premia as expressões maiores nas artes cênicas, plásticas, visuais, literatura, música e projetos especiais. Atualmente, os eventos gastronômicos são criados por cidades ou regiões como uma das alternativas do marketing de destino, visando promover a cultura local.

A tipologia correta do evento descrito acima é:

- (A) *show*.
- (B) vernissage.
- (C) mostra.
- (D) concurso.
- (E) festival.

56. Consiste em reunião bastante formal, com a apresentação de um tema específico por um expositor (uma autoridade no assunto), por um tempo limitado e para um grande número de ouvintes. Após a explanação, ele responde às perguntas formuladas pelos ouvintes ou plateia.

A descrição acima é a definição de

- (A) Conferência.
- (B) Seminário.
- (C) Congresso.
- (D) Jornada.
- (E) Painel.



57. Considere os itens abaixo.

- I. Identificação do cliente; responsável pelo evento; responsável pelas informações; endereço e contato.
- II. Tipologia do evento; público-alvo; número de convidados; estimativa de participantes.
- III. Estimativas sobre o uso de serviços especializados de áudio e vídeo, da distribuição de material impresso e do serviço de alimentos e bebidas.

Fazem parte do *briefing* de eventos os itens que constam de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

58. Considere as asserções abaixo e a relação proposta entre elas.

- I. O organizador de eventos demonstra que a decisão de *marketing* de eventos é determinar se o patrocínio é consistente com a estratégia de *marketing* da empresa e se colabora com os objetivos de *marketing*

PORQUE

- II. o patrocinador busca retorno ao investimento feito, seja de caráter institucional, promocional ou comercial. Ele quer maximizar a exposição e a veiculação, além de agregar valor à empresa ou à marca que patrocinou o evento.

É correto afirmar que

- (A) as duas asserções são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) as duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (C) as duas asserções são falsas.
- (D) a primeira asserção é falsa, a segunda é verdadeira e não explica corretamente a primeira.
- (E) a primeira asserção é verdadeira, a segunda é falsa e não explica corretamente a primeira.

59. A bandeira nacional pode ser apresentada

- (A) em mastros em edifícios públicos, distendida sobre ataúdes até ocasião do sepultamento, mas nunca reproduzida sobre paredes e tetos e hasteada em edifícios particulares.
- (B) sempre em mastros em qualquer ocasião, distendida sobre ataúdes até a ocasião do sepultamento, mas não pode ser conduzida por balões.
- (C) em mastros ou adriças, em edifícios públicos ou particulares, templos, salas, ruas, distendida e sem mastro conduzidas por aeronaves ou balões, aplicada sobre paredes e distendida sobre ataúdes até a ocasião do sepultamento.
- (D) em mastros em edifícios públicos ou particulares, templos, salas, ruas, distendida e sem mastro conduzidas por aeronaves ou balões, aplicada sobre paredes e distendida sobre ataúdes até depois do sepultamento, mas nunca reproduzida sobre paredes e tetos.
- (E) sempre em mastros. Pode ser distendida sobre ataúdes até depois do sepultamento, mas nunca reproduzida sobre paredes e tetos.

60. Suponha que o Governador do Distrito Federal fará uma solenidade em que firmará o convênio com outros governadores da União para grupo de estudos sobre o desenvolvimento do turismo. Atenderam ao convite os governadores dos Estados: Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

A ordem correta de precedência é

- (A) Governador do Distrito Federal preside a mesa, seguido dos governadores na seguinte sequência: Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.
- (B) Governador do Acre preside a mesa, seguido do governador do Distrito Federal e, na sequência, vêm os governadores de Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.
- (C) Governadores de Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.
- (D) A mesa é presidida pelo governador mais velho entre os presentes, na sequência vem o governador do Distrito Federal e, na sequência, os demais Estados pela ordem alfabética.
- (E) Governador do Distrito Federal preside a mesa, seguido dos governadores na seguinte sequência: Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, São Paulo, Santa Catarina, Alagoas, Acre e Mato Grosso do Sul.